



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 24 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em onze de outubro do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às catorze horas e treze minutos do dia onze de outubro de dois mil e treze, na Sala de Comissões
2 nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o Plenário do
3 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão Ordinária número
4 vinte e quatro. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e Urbanistas **GIOVANI**
5 **BONETTI, MARCOS ALEXANDRE JOBIM, SÔNIA SUZETE ROESE, ADEMIR BOGONI, DÉCIO**
6 **GOMES GÓES, CEZAR FRANCISCO CIARINI** e, o suplente de conselheiro **LEONARDO HENRIQUE**
7 **DANTAS, CIDE FONTANA, TAIANA POLLI** os empregados do CAU/SC, o Assessor Especial **JOÃO**
8 **EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral **MÁRCIO BITTENCOURT**, os Advogados **GUSTAVO**
9 **SOUZA SANTOS** e **CHARLES JACOB PERGORARO KERBER**, a Secretária **TATIANA MOREIRA**
10 **FERES DE MELO**, a Assistente de Comissões **ELIZIANE GALLIANI** e a Assessora de Imprensa
11 **ANDRESSA DREHER**. Ressalta-se a ausência justificada dos Conselheiros **JORGE RAINESKI,**
12 **ANDRÉ LUIZ SERAFIM** e **FÁRIDA MIRANI DE MIRA**. Após a verificação e constatação da
13 existência de quórum, o Presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA,**
14 agradeceu a presença de todos, e lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se identificar
15 antes de qualquer contribuição. Em seguida apresentou a pauta da reunião, solicitando a inclusão
16 para apresentação e votação dos itens: homologação do início do projeto para o Planejamento
17 Estratégico, homologação das áreas de interesse para condução dos trabalhos, homologação do
18 cronograma para orçamento do ano dois mil e catorze, realização de reunião plenária
19 extraordinária dia vinte e dois de novembro. Pauta aprovada por unanimidade. No item 1.
20 **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA DEZESSEIS DE AGOSTO**, a ata foi colocada
21 em discussão e o Conselheiro Ciarini solicitou alteração do termo questionado por informado na
22 linha 52. Feita a alteração, a ata foi aprovada, com a abstenção da Conselheira Sônia. Item 2.
23 **CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E RECEBIDAS**, o Presidente avisou que a relação de
24 correspondências e eventos havia sido enviada e que qualquer questionamento deveria ser
25 encaminhado para a Tatiana. No item 3. **RELATO DO PRESIDENTE**, o Presidente lembrou que
26 desde a última plenária ocorreram muitos agendamentos importantes, principalmente devido às
27 reuniões preparatórias para o Congresso. Relatou audiência na Prefeitura Municipal e na Câmara
28 de Chapecó, onde foi reapresentado o Conselho, informando sobre a Resolução 51 e as mudanças
29 e exigências necessárias que as prefeituras e os órgãos internos precisam ter com os documentos
30 que dizem respeito às atividades dos arquitetos. Disse que considera muito importante as
31 reuniões regionais, que mesmo em um grupo pequeno, se mostra um grupo bem comprometido.
32 Relatou a reunião que ocorreu em São Paulo onde foram discutidas as premissas iniciais do CAU,
33 como missão e visão, que culminaram no dia quatro de outubro, com uma proposta. Falou da
34 assinatura do Termo de Compromisso e Ajuste de Conduta com o Ministério Público, com a
35 segurança que ampara o Conselho em caso de alguma suspensão ou liminar que impeça a
36 continuidade do processo de Concurso Público. Relatou que na Plenária Ampliada do CAU/BR foi
37 discutida novamente a questão dos fundos de apoio. Informou que o primeiro Termo de
38 Cooperação Técnica foi assinado com a Prefeitura de Jaraguá do Sul, e que foi enviado a todos os
39 municípios um ofício informativo sobre a Resolução 51. No item 4. **RELATO DOS DIRETORES**, a
40 diretoria financeira, Conselheira Sônia, apresentou o relatório administrativo, citando a
41 Publicação do Edital de Concurso Público do CAU/SC, a reunião de apresentação do PCCS aos
42 funcionários do CAU/SC, com informações sobre o processo de transição do concurso, a abertura
43 da vaga de estágio para Desing Gráfico, o pagamento de vinte dias das férias da funcionária Sarah
44 Trentini, o envio do Relatório de Saúde Ocupacional à Comissão Especial de Patrimônio e à
45 empresa que realizou o Projeto Arquitetônico. Informou que o quadro atual é de vinte
46 funcionários e dois estagiários, que foram contratadas duas recepcionistas para o atendimento, e



47 que houve novas alterações no Plano de Cargos para adequação ao Concurso Público. Quanto às
48 licitações, informou que a de locação e ou aquisição de veículo e motorista, será republicada, pois
49 os fornecedores não conseguem atender todo o Estado de Santa Catarina. Relatou que está
50 previsto para o dia trinta de outubro a contratação de serviços de consultoria para o mapeamento
51 de processos, indicadores de desempenho, redesenho dos processos e operação assistida visando
52 a Gestão do Atendimento do CAU/SC - Instrumentação do Processo Administrativo, e que será
53 aberta uma Chamada Pública visando seleção de projetos para Patrocínio. No relato do Diretor
54 Financeiro, Conselheiro Bogoni apresentou o relatório citando receita do mês de setembro foi de
55 trezentos e vinte e três mil reais aproximadamente, alcançando uma receita acumulada de três
56 milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte reais e quarenta centavos. Citou que as
57 despesas somaram o valor de aproximadamente duzentos e cinquenta e quatro mil reais, onde o
58 maior montante é de gastos com pessoal e encargos. Quanto ao fundo de apoio aos CAUs
59 deficitários, o valor anual estipulado pelo CAU/BR foi atingido, e o diretor questionou se o CAU/SC
60 continuaria pagando no próximo ano, uma vez que os estados do Rio Grande do Sul e Paraná não
61 estão contribuindo, sugerindo que fosse realizado depósito em juízo. O Presidente informou que
62 deve ser discutido se Santa Catarina entrará na justiça para a suspensão do pagamento. O
63 Conselheiro Giovani se posicionou contrário, enfatizando que as contribuições devem ser feitas. O
64 Presidente explicou que foi feita uma discussão com os CAUs São Paulo, Bahia e Paraíba, cada um
65 representando uma faixa de arrecadação, e a decisão dos conselheiros federais é de que o repasse
66 continue existindo. Lembrou que o CAU/RS teve que recorrer em duas instâncias, e se favorável,
67 todos os estados recorrerão. Enfatizou que sem o repasse, os CAUs deficitários não recebem, e não
68 se sabe as consequências que a decisão pode ter. O Conselheiro Giovani sugeriu um parecer
69 jurídico, para dar mais segurança aos conselheiros ao apoiar o repasse. O Presidente solicitou um
70 posicionamento da CCAA. O Conselheiro Jobim se posicionou contrário a um movimento
71 separatista no sul do país, e que é necessário um fortalecimento nacional, fortalecimento da
72 arquitetura no país. Salientou que deve haver uma visão global, não só local, solicitando reflexão
73 quando às consequências da falência do Conselho em alguns estados. O Conselheiro Ciarini
74 sugeriu que o jurídico do CAU/SC entre em contato com os advogados do RS e PR, e concordou
75 que seja feito depósito em juízo. Passando para o item 5. RELATO DAS COMISSÕES, no relato da
76 Comissão de Contas e Atos Administrativos, o Conselheiro Giovani, relatou que na reunião houve a
77 aprovação dos relatórios financeiro e administrativo, sem ressalvas. O Conselheiro solicitou que
78 fosse encaminhada para votação a aquisição das ergonômicas, de acordo com as exigências da
79 empresa responsável pela elaboração dos programas de controle médico e saúde ocupacional dos
80 funcionários do CAU/SC, independente do orçamento final para a reforma da sede; o corte da
81 conta para fundos de apoio do ano de dois mil e treze, uma vez que o valor anual estipulado para o
82 repasse financeiro aos CAUs deficitários foi atingido, e o encaminhamento de um ofício ao
83 Conselheiro Federal solicitando um retorno das demandas do CAU/SC ainda não respondidas pelo
84 CAU/BR, com prazo de quinze dias. Informou que os conselheiros da CCAA serão responsáveis,
85 juntamente com o administrativo do CAU/SC o registro do patrimônio, evitando criar mais uma
86 comissão. Solicitou orientação da NeoLabor sobre a impugnação realizada pelo CRA ao edital do
87 Concurso Público do CAU/SC, para embasar o parecer jurídico do Conselho. Solicitou um parecer
88 jurídico quanto ao questionamento informal do Sindicato dos Empregados de Autarquias Federais
89 em relação ao regime de contratação dos funcionários, previsto no edital. No relato da Comissão
90 para o Concurso Público, o Conselheiro Giovani relatou que a FEPESE foi contratada para
91 realização do concurso, através de dispensa de licitação. Foram abertas vinte vagas, com quatro
92 fiscais, que através de um aditivo devem-se definir as áreas de abrangência da para essa atuação.
93 Relatou que está em busca da aprovação o mais rápido possível do PCCS do CAU/SC junto à
94 Delegacia Regional do Trabalho. No relato da Comissão de Ética e Disciplina, a Conselheira Sônia
95 informou que estão sendo agendadas reuniões extraordinárias da comissão para julgamento dos
96 processos, apresentou uma tabela com os processos movimentados em cada uma das reuniões. E
97 relatou que existem algumas oitivas já agendadas. Disse que foi deliberado que a assessora das
98 comissões seria responsável pelo e-mail corporativo da comissão, facilitando os trabalhos da
99 coordenação. Deliberou-se o envio de um ofício da presidência à Comissão de Ética do CAU/BR
100 solicitando instruções quanto aos procedimentos adotados na aplicação de advertências no caso



101 de faltas éticas. Sugeriu um campo no ambiente SICCAU, de acesso restrito, visando apurar a
102 reincidência em casos de faltas éticas, de um estado para o outro. Lembrou que o RRT
103 extemporâneo é uma falta ética, uma vez que o extrapolou o prazo para emissão, questionando
104 como proceder nesse caso. Explicou que existe um processo pronto para ir a julgamento,
105 solicitando definição de quem será o relator, e qual será o procedimento adotado. Lembrou que o
106 debate sobre ética deve ser debatido em todas as esferas. Relatou que foi deliberado que os
107 processos que foram concluídos que tinham instrução, parecer da Comissão de Ética e voto
108 fundamentado na Câmara de Arquitetura do antigo Conselho, serão mantidas as decisões, não será
109 julgado novamente. Outra deliberação é que a assessoria jurídica do CAU/SC deve aplicar os
110 questionamentos às partes, instruir o processo de oitiva e efetuar a síntese dos relatos para ser
111 entregue ao relator. No relato da Comissão de Ensino e Exercício Profissional, o Conselheiro
112 Ciarini relatou que foram analisados alguns processos, que foi indicado o Conselheiro Nelson
113 Saraiva como jurado do Prêmio do Melhor TCC e o Assessor Especial João Edmundo como seu
114 suplente. Falou que foi abordada a questão sobre SPDA, que continua uma discussão em aberto.
115 Salientou que o principal assunto da reunião foi a fiscalização, e que todas as contribuições para o
116 manual de fiscalização de Santa Catarina serão bem vindos. Citou as deliberações: deferimento do
117 registro aos formados no curso de pós-graduação em Segurança do Trabalho, encaminhamento de
118 ofícios às prefeituras orientando sobre a validade e o código de autenticidade dos RRTs, indicação
119 do Conselheiro Nelson Saraiva e a convocação do Arquiteto Sergio Oliva para as reuniões da CEEP
120 quando a pauta for o manual de fiscalização. A Conselheira Taiana questionou se não haveria
121 nenhuma restrição quanto à indicação do Conselheiro Nelson Saraiva como jurado, uma vez que
122 ele é professor, tem vínculo com uma escola. O Conselheiro Jobim esclareceu que pode
123 comprometer a transparência do prêmio, sugerindo a indicação do Arquiteto Fernando Carneiro,
124 o primeiro arquiteto registrado em Santa Catarina, mantendo o Assessor João Edmundo como
125 suplente. O Conselheiro Décio se responsabilizou pelo primeiro contato, seguido da convocação
126 formal do Presidente, de acordo com a disponibilidade do Arquiteto. No Relato da Comissão de
127 Políticas Urbanas, o Conselheiro Leonardo relatou que o tema principal abordado foi a promoção
128 de ações para valorização profissional e que será enviado a todos os conselheiros o documentos
129 “Bases Políticas das Escalas Trabalhadas pelo CAU/SC”, escrito pelo Conselheiro Nelson Saraiva,
130 aberto a contribuições visando publicação. O Conselheiro Giovanni lembrou que se deve ter
131 cuidado ao publicar a produção desses textos, para que não seja visto como posicionamento do
132 Conselho. Sugeriu que essas discussões sejam mais coletivas, em forma de seminário ou fórum,
133 por exemplo. O Conselheiro Leonardo solicitou que essa questão fosse abordada com a presença
134 do coordenador da Comissão, Conselheiro Nelson Saraiva. O Conselheiro Décio sugeriu a criação
135 de uma metodologia, para de todos os documentos que surgirão, como um espaço do arquiteto no
136 site. No relato da Comissão Especial de Patrimônio o Coordenador Leonardo relatou que foi
137 validada as alterações das especificações apresentadas pela AT Arquitetura, porém não obteve
138 redução satisfatória de acordo com o teto de quinhentos e quarenta mil reais estabelecido pela
139 plenária. Disse que foi credenciada uma imobiliária que apresentou proposta nos moldes
140 solicitados, que vai ser cadastrada e disponibilizada todas as opções para que tenha o máximo de
141 participação do plenário no processo da escolha do imóvel. Informou que com relação à
142 contratação de orçamentista foram entregues dois orçamentos, faltando apenas um. Salientou que
143 acredita que mesmo com um bom orçamentista, não atingirá o valor teto estipulado, de acordo
144 com as especificações do projeto realizado. A Conselheira Taiana enfatizou que como Conselho, o
145 CAU/SC deve mostrar acima de tudo eficiência em todos os aspectos, que de acordo com as
146 informações que ela teve o projeto é inviável, que o escritório deve rever as especificações,
147 readequando-as para ampliar opções de marcas de cada produto, de modo que não descaracterize
148 o projeto que está feito. O Conselheiro Leonardo lembrou que ao refazer as especificações, as
149 alterações podem desconfigurar o projeto, que solicitar esse tipo de adequação, é praticamente
150 como solicitar um novo projeto. O Conselheiro Jobim enfatizou que não foi feito um projeto
151 inviável, e sim que, ao cortar quarenta por cento do valor orçado, sem critérios, a plenária
152 inviabilizou o projeto. Relatou que dentro da Comissão, se responsabilizou a acompanhar um
153 projeto coerente, com objetos de qualidade, sem exorbitâncias, apenas um bom projeto, não
154 voltado apenas para a estética, mas atentando também para as questões técnicas. Informou que



155 estava saindo deste processo, pois acredita ser impossível manter um projeto com a redução
156 solicitada e por não querer ser responsável por um layout da sede, que em sua opinião, não condiz
157 com um Conselho de Arquitetura. Solicitou que algum conselheiro que defendeu que é possível a
158 redução assuma a condução do processo, pois os funcionários estão a dois anos trabalhando
159 amontoados e de maneira provisória, enquanto metade da sala está inutilizada, aguardando a
160 reforma. O Conselheiro Giovani corroborou com as palavras ditas, solicitou a mudança da
161 especificação de alguns itens, que podem ser alterados sem reduzir a qualidade do projeto,
162 adequando o orçamento com o teto. Salientou que ambos os valores devem ser maleáveis, alguns
163 ajustes devem ser viabilizados, chegando num ponto de encontro, para que não se perca mais
164 tempo, lembrando que em breve os funcionários concursados estarão chegando e não terão local
165 para trabalhar. A Conselheira Taiana enfatizou que é difícil discutir projeto com dez arquitetos e
166 que apenas acredita que algumas especificações devem ser revistas, pois se podem conseguir
167 desempenhos semelhantes com materiais diferentes, lembrando que se o Conselho for eficiente,
168 ele supera qualquer questão estética. No relato da Comissão Especial de Comunicação, o
169 Conselheiro Jobim informou que foi elaborado um plano de ação de comunicação e mídia do
170 CAU/SC, para o exercício de dois mil e catorze, com uma estimativa de custo baseada em
171 recomendações do Sindicato Nacional de Publicidade e Propaganda de Santa Catarina, no valor de
172 setecentos e vinte mil reais. Reforçou a importância dessa ação para o Conselho e apresentou um
173 esboço do plano de mídia. Solicitou que fosse encaminhada para votação a realização de uma
174 palestra com o arquiteto espanhol Helio Piñon, em convênio com a ASBEA, explicando que os
175 custos internacionais serão pagos pela UFRGS em função de um seminário que ele realizará na
176 Universidade, e que o CAU/SC arcaria apenas com despesas do deslocamento nacional, com valor
177 limite de sete mil reais, no retirados do plano de ação do gabinete da presidência. A Conselheira
178 Sônia sugeriu que o Arquiteto fosse o palestrante do Congresso. O Conselheiro Jobim explicou que
179 é inviável por motivos de agenda. O Presidente ainda lembrou que o número de participantes do
180 Congresso é restrito e que a palestra deve buscar a maior participação possível. O Conselheiro
181 Bogoni enfatizou a importância da divulgação do Conselho através de *outdoors* e cartazes, pois
182 julga de maior alcance que rádio e televisão. O Conselheiro Décio apoiou a realização da palestra,
183 concordou com a divulgação através de *outdoors* e cartazes, e lembrou a importância dos debates
184 nas rádios, e que se deve tomar cuidado com o alcance da mídia televisiva, em função dos canais
185 fechados e das parabólicas, reduzindo o acesso às mídias locais. A Conselheira Sônia salientou a
186 importância da regionalização dessa divulgação e solicitou foco nas atribuições. O Conselheiro
187 Giovani colocou que acredita ser importante divulgar a valorização e dignidade dos primeiros
188 anos do Conselho. O Conselheiro Cide se desculpou e informou que iria se ausentar. Relatou que a
189 as reuniões do CAU/SC são uma aula de política profissional, que julga essa convivência, a troca de
190 experiências, muito interessante, e colocou-se à disposição da fiscalização para participar das
191 discussões relacionadas à segurança do trabalho. Finalizado os relatos, o Presidente passou para o
192 item 6. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO. No item A. Estratégias de divulgação visando à valorização
193 do arquiteto e urbanista; o Conselheiro Jobim explicou que foi aprovado um plano de ação no
194 valor de setenta e mil reais para uma primeira divulgação em mídia, juntamente com Dia do
195 Arquiteto e, para que a Comissão não decidisse sozinha como vai destinar esse recurso, explicou
196 que solicitou este espaço para que cada conselheiro pudesse se pronunciar. O Presidente lembrou
197 que após a reunião, outras sugestões podem ser encaminhadas ao e-mail da assistente de
198 comissões. O Conselheiro Jobim explicou ainda que o recurso está em aberto, que serão nove dias
199 de divulgação, concluindo no Dia do Arquiteto a última veiculação. O Conselheiro Leonardo
200 apenas se manifestou enfatizando a importância de um plano de comunicação. O Conselheiro
201 Ciarini salientou que essa comunicação é um dos pontos mais importantes para a valorização
202 profissional, e que todo investimento nesse ponto é proveitoso. Lembrou a missão e visão do
203 Conselho, e disse que um plano criativo e mais que comunicar, o importante é fazer *marketing*. A
204 Conselheira Sônia reiterou a importância da regionalização, do foco nas atribuições e disse que
205 acredita no sucesso e maior alcance dos *outdoors*. O Conselheiro Décio apoiou a campanha às
206 vésperas do Dia do Arquiteto, e sugeriu a lei das regiões metropolitanas como base para este
207 trabalho, seguindo a política pública. O Presidente relatou a consulta feita pelo jornal Notícias do
208 Dia, quanto à lei da Cidade Limpa, e em nome do Conselho, se posicionou favorável à preservação



209 da arquitetura, preservando a paisagem urbana. Questionou o uso dos *outdoors* e as mídias
210 excessivamente excessivas. Lembrou a importância das mídias sociais. O Conselheiro Bogoni
211 enfatizou a importância dos *outdoors* e cartazes. A Conselheira Taiana julgou essencial essa
212 divulgação, sugerindo uma campanha muito básica, atingindo o maior número de pessoas
213 possíveis e esclarecendo questões básicas, voltada para sociedade. Disse da importância dos
214 *outdoors*, cuidando para que estejam posicionados de forma estratégica. Sugeriu considerar a
215 regionalização, reduzindo a mídia televisiva, focando nas redes sociais e rádio. O Conselheiro
216 Giovanni atentou para a questão da poluição visual da cidade, sugerindo mídias alternativas, como
217 o *busdoor*, por exemplo, mais limpo e sustentável. O Conselheiro Jobim relatou que tem alguns
218 dados de alcance de mídia quanto à regionalização. Com relação aos *outdoors*, se posicionou
219 favorável, uma vez que a realidade no interior é outra. O Conselheiro Ciarini ainda sugeriu utilizar
220 arquitetos renomados e frases de efeito. Passando para o item B. Homologação do Cronograma
221 para a programação do Orçamento 2014, o Presidente explicou que o cronograma é resultado da
222 reunião da diretoria ampliada que ocorreu no período da manhã. O Conselheiro Giovanni lembrou
223 que é importante agir para que as ideias saiam do papel. O Presidente explicou que as ações serão
224 operacionalizadas junto ao corpo técnico do CAU/SC, e apresentou o Relatório da reunião, que
225 estabelece um cronograma de ações para a definição do orçamento do ano de dois mil e catorze.
226 Sem manifestações, após o término da apresentação o Presidente encaminhou o cronograma para
227 aprovação, aprovando conseqüentemente o início dos trabalhos, a realização de uma plenária
228 extraordinária no dia vinte e dois de novembro para homologação da programação orçamentária
229 e a definição das áreas de interesse. O Cronograma foi aprovado por unanimidade. Em seguida o
230 Presidente encaminhou para votação a aquisição de cadeiras ergonômicas para sede do CAU/SC,
231 com base no relatório de Programa de Segurança e Saúde Ocupacional, emitido pela empresa
232 Qualitá, que foi aprovado por unanimidade. O corte da conta para fundo de apoio aos CAUs
233 deficitários, por já ter atingido o valor total para o ano de dois mil e treze, encaminhado para
234 votação pela CCAA, foi aprovado por unanimidade. O Presidente encaminhou para votação o envio
235 de um ofício ao Conselheiro Federal solicitando um retorno das demandas do CAU/SC ainda não
236 respondidas pelo CAU/BR, com prazo de quinze dias, foi aprovado por unanimidade. O Presidente
237 encaminhou para votação a proposta da CEEP da realização de uma palestra com o arquiteto
238 espanhol Helio Piñon, em convênio com a ASBEA, com valor limite de sete mil reais, do plano de
239 ação do gabinete da presidência, e foi aprovado com a abstenção da Conselheira Taiana. No item 7.
240 MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS EM ASSUNTOS DE INTERESSE DO PLENÁRIO,
241 o Conselheiro Giovanni retificou um mal-entendido quanto ao PCCS, explicando que não houve a
242 unificação dos cargos de auxiliar administrativo e financeiro, apenas no concurso as provas serão
243 as mesmas. Lembrou que o Congresso é aberto a todos os arquitetos que queiram participar, com
244 direito de voto dos delegados e conselheiros. Salientou que o IAB/SC foi contratado para
245 organizar o congresso e questões referentes a deslocamento, diárias, locação de espaço, não cabe
246 ao CAU/SC organizar. O Conselheiro Bogoni relatou um ofício do CREA enviado à CELESC quanto
247 aos projetos elétricos, onde foi solicitado ART desses projetos, atestando que não há
248 regulamentação quanto a essa atribuição aos arquitetos. Solicitou que fosse feito contato com o
249 CREA/SC. O Presidente relatou que está sendo agendada reunião com o CREA/SC e a CELESC. O
250 Conselheiro Décio solicitou seu desligamento da CED, devido a suas ausências nas reuniões, em
251 função de outros agendamentos da prefeitura. Justificada sua solicitação de substituição, uma vez
252 que o Regimento não permite mais que cinco faltas, e impossibilitando seu suplente de continuar
253 os trabalhos, sugeriu como pauta para a próxima plenária o remanejamento dos membros nas
254 comissões, de acordo com sugestão da gerente técnica. O Advogado Gustavo esclareceu que no
255 regimento vigente o número das ausências é limitado, e que no novo regimento não há restrições
256 quanto a isso. Explicou que o remanejamento sugerido contempla ambos os regimentos, uma vez
257 que o vice-presidente, por ser responsável pela fiscalização, será impedido de ser membro da
258 CEEP. A Conselheira Sônia explicou que julga essencial para um melhor relacionamento CAU/SC e
259 CAU/BR a assiduidade do Conselheiro Federal nas reuniões plenárias estaduais. Salientou que
260 com sua ausência nos últimos meses, ao menos poderia ter sido enviado um relatório periódico
261 aos conselheiros atualizando as informações do Conselho Nacional e questionou como o CAU/SC
262 está sendo representado. Abordando a questão ética, solicitou a publicação do código de ética,



263 juntamente com as sanções. O Conselheiro Giovani sugeriu o envio das Resoluções 21 e 51,
264 juntamente com o código de ética a todos os arquitetos de Santa Catarina. O Conselheiro Ciarini
265 solicitou dispensa da Comissão de Comunicação, em função da sua agenda e para poder focar nos
266 trabalhos da fiscalização. Solicitou a presença do Conselheiro Federal nas reuniões para o
267 compartilhamento das informações. Solicitou também que seja reservado um tempo na próxima
268 plenária para apresentação do FUNSAU e que fosse abordada a criação de um espaço de
269 intercâmbio antes da reunião, para debater assuntos gerais que serão tratados na plenária,
270 otimizando seu tempo. Salientou a importância do retorno dos questionários enviados aos
271 conselheiros sobre planejamento estratégico. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Ronaldo
272 de Lima desejou um bom retorno a todos e declarou encerrada a Vigésima Quarta Reunião
273 Plenária do CAU/SC. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei
274 a presente Ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo
275 Presidente Ronaldo de Lima, para que reproduza os efeitos legais.
276

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária